



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

ATA DE REUNIÃO DA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM – CPMEAQLG, DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ, REALIZADA NO DIA 19 DE ABRIL DE 2024, DE FORMA PRESENCIAL NO AUDITÓRIO DA OUVIDORIA AGRÁRIA.

Aos 19 (dezenove) dias do mês de abril de 2024, às 9:00h, deu-se início a 3ª Reunião Ordinária de 2024, dos membros da Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem - CPMEAQLG, de forma presencial, no auditório da ouvidoria agrária. Participaram da reunião: Des. MAIRTON MARQUES CARNEIRO, Ouvidor Agrário e Presidente da CPMEAQLG; os membros: NAIRE FRAGOSO REI, representante titular da OAB - Ordem Dos Advogados do Brasil – Seção Pará; DEP. CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO, representante titular da ALEPA - Assembleia Legislativa do Estado do Pará; ELIANA FRANÇA DOS SANTOS ZACCA, representante suplente da FAEPA – Federação da Agricultura e Pecuária no Pará; IBRAIM JOSÉ DAS MERCES ROCHA, representante titular da PGE - Procuradoria Geral Do Estado; MARCUS WAGNER TEIXEIRA, representante suplente da DPU – Defensoria Pública da União; JOÃO DE JESUS SOUZA, representante titular da FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará; IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA, representante titular do MPE - Ministério Público Estadual; MARIO ALFREDO SOUZA SOLANO, representante titular da FAEPA – Federação da Agricultura e Pecuária no Pará; ANTONIO ALBERTO DA COSTA PIMENTEL, representante titular da SPDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos e VERENA FADUL DOS SANTOS representante suplente da SEIRDH - Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos. Participaram também os Juízes Titulares das Varas Agrárias: MANUEL CARLOS DE JESUS MARIA, Juiz da Vara Agrária de Santarém; AMARILDO JOSÉ MAZUTTI, Juiz da Vara Agrária de Marabá; ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA, Ouvidor Adjunto e Juiz da





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

Vara Agrária de Castanhal e HAROLDO SILVA DA FONSECA, Juiz da Vara Agrária de Redenção. A reunião foi gravada em áudio e vídeo, com de gravação realizada posteriormente. **PAUTA:** 1. Aprovação da ATA de Reunião Ordinária realizada no dia 22 de março de 2024; 2. Informes: 2.1. Participação da presidência desta Comissão na Jornada de Direitos Humanos 2024, junto a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR); 2.2. Inscrição para o curso de formação de mediadores judiciais 3. Resposta da SEGUP ao Ofício no 06/2024-CPMEAQLG, o qual solicitou informações e providências em relação aos conflitos agrários ocorridos na propriedade rural denominada "São João Deus é Pai", localizada no município de Santa Maria das Barreiras/PA 4. Moção no 1.415/2023 de autoria do Deputado Carlos Bordalo, que trata dos conflitos fundiários na Comunidade Quilombo Torres, localizada na zona rural do município de

Tracuateua/PA 5. Encaminhamentos da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos sobre as denúncias relatadas no Fórum Permanente da Sociedade Civil do Marajó; 6. O que ocorrer. DES. PRESIDENTE: **ITEM**

1. DES. PRESIDENTE: Havendo número declaro instalada a 3ª Reunião Ordinária da nossa Comissão. E coloco, de imediato, a aprovação da Ata da sessão anterior. No silêncio, ela está aprovada. E vamos passar para o Item...

ITEM 2. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Dois. DES. PRESIDENTE: Dois da pauta, que é a participação da Presidência desta Comissão na Jornada de Direitos Humanos 2024, junto à Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial. O objetivo era de gerar pautas orientadoras que definirão as prioridades a serem tratadas pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade da Câmara dos Deputados do ano de 2024. A Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará esteve presente, participando desta reunião que aconteceu no dia 11/04, né? Na pauta, foram debatidas questões fundamentais para a promoção dos direitos humanos e da igualdade no país como o combate ao racismo e às violências de gênero, assim como o combate à homofobia, preservação dos direitos indígena e a proteção aos refugiados, além de questões ligadas às mudanças climáticas, à saúde mental e à dependência química. Então, todos os assuntos foram debatidos. E eu não levei





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

nenhuma proposta, porque nós não tínhamos aqui discutido esta situação, que iria ver esta... Então eu preferi me resguardar para reunir com os senhores e, se porventura, nós tivermos alguma questão a ser levada a esta comissão, eu poderei levar até o próximo dia 25... SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Vinte e cinco de abril. DES. PRESIDENTE: Sim, sim, agora, né? E aí, se porventura, algum colega desejar que seja encaminhado aqui, pela comissão, alguma questão alusiva a estas pautas que foram reivindicadas lá, seria bom. Direitos Humanos está aqui presente? A associação? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Ainda não está presente, excelência. DES. PRESIDENTE: Não? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Ainda não. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Ainda não. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Pois não? SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: Parabéns pela sua presença no evento. Eu vou encaminhar à Vossa Excelência uma 'sumulazinha' das várias dimensões que nós estamos trabalhando dentro destas que foram colocadas, em particular o que se refere à educação quilombola. Eu tenho acompanhado vários processos no estado e me assusta o fato de que, no âmbito municipal, há uma distância enorme entre o que é prescrito como educação quilombola e o que é praticado nos municípios como educação quilombola. O segundo aspecto que eu vou lhe encaminhar diz respeito... Inclusive, eu quero agradecer a Vossa Excelência que, segunda-feira passada, nós abrimos a Assembleia para que a comunidade de São José do Icatu, lá de Mocajuba, apresentasse o seu projeto de... protocolo para consulta livre informada conforme a Resolução 69 da OIT. Foi um ato bonito. A Ouvidoria estava presente. Muito obrigado. O segundo aspecto que eu vou lhe encaminhar diz respeito... Inclusive, eu quero agradecer a Vossa Excelência que, segunda-feira passada, nós abrimos a Assembleia para que a comunidade de São José do Icatu, lá de Mocajuba, apresentasse o seu projeto de... protocolo para consulta livre informada conforme a Resolução 69 da OIT. Foi um ato bonito. A Ouvidoria estava presente. Muito obrigado. DES. PRESIDENTE: E eu só não estive presente pessoalmente porque eu tinha um compromisso-- SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: Não, mas a Ouvidoria estava presente.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

Foi um ato muito bonito, significativo. Aliás, eu quero lhe agradecer a gentileza. Então eu vou selecionar essas várias áreas dos direitos humanos que nós estamos trabalhando, algumas não tem a ver com o nosso trabalho específico nessa comissão, que é a pauta do etarismo. Nós estamos tratando agora o problema, a questão do etarismo. DES. PRESIDENTE: Tem e não tem. SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: Porque o etarismo, que é o preconceito- DES. PRESIDENTE: Quando nós falamos em termos nacionais, nós temos sim. SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: É. O etarismo, que é o preconceito por idade, e ele pode ser para qualquer idade, ele já acontece com jovens, mas tem se agravado na sociedade aqueles preconceitos relacionados às pessoas de 60 anos ou mais, não é? Inclusive, eu sou autor de uma lei no estado, doutor, que trocou o pictograma que identifica o idoso. Não sei se o senhor já reparou, você vai no estacionamento, aquela placa que identifica a vaga para o idoso mostra um idoso curvado, de bengala, que transmite para a sociedade a ideia de que o idoso é um inválido, é um incapaz. Isso não corresponde. E agora nós estamos adequando, inclusive, as placas indicativas. Então vou enviar uma súmula à Vossa Excelência como sugestões de temas que essa comissão pode tratar. Muito obrigado, doutor. Mais alguém quer se manifestar? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Dr. Marcos. DES. PRESIDENTE: Pois não? SR. MARCOS TEIXEIRA: Bom dia. Queria saudar a mesa em nome do Ouvidor. DES. PRESIDENTE: Só diga qual entidade que o senhor está? SR. MARCOS TEIXEIRA: Oi? DES. PRESIDENTE: Que o senhor está? SR. MARCOS TEIXEIRA: É Marcos Teixeira, Defensoria Pública da União. DES. PRESIDENTE: Oi? SR. MARCOS TEIXEIRA: Defensoria Pública da União, tá? O que eu ia sugerir que a gente levasse? A gente... nessas ações de desintrusão de terra indígena, a Secretaria Geral da Presidência, ela está articulando junto ao Incra e ao e ao Ministério do Desenvolvimento Social as medidas mitigatórias. Normalmente o Ministério de Desenvolvimento Social fornece cesta básica e o Incra faria a procura para verificar se há possibilidade de assentamento daquela população que foi que daqueles camponeses que foram desintruzidos. O problema é que essa ação ainda é muito incipiente. Então, eu sugiro que a gente... que levasse.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

que pedisse mesmo uma audiência lá na Comissão de Direitos Humanos, com a Secretaria da Presidência, com a Presidência Nacional do Incra e com o Ministério Desenvolvimento Social, para que a gente pudesse fazer uma medida mais articulada para que essas medidas migratórias que ocorrem quando ocorre a desilusão seja de forma mais efetiva, que haja, de fato, uma distribuição de cesta básica efetiva para aqueles camponeses que são remanejados. Que há, de fato, um investimento na política pública do Incra de fazer aquela arrecadação de vistoria para verificar se tem lotes vagos que possa ser destinado para aquelas pessoas que são oriundas dessas terras que foram desintruzidas e outras ações que, de fato, seja feita de forma coordenada para que as pessoas não fiquem como está acontecendo atualmente em algumas comunidades, que elas saem, elas são desintruzidas e são jogados na miséria por conta dessa falta da política pública chegar a essas pessoas. É isso. Obrigado. DES. PRESIDENTE: Deixa eu falar ao senhor. Excelente. Mas encaminhe por e-mail a sua proposta, eu me comprometo a levar a presidência da comissão para que, em uma próxima, nós façamos a inclusão. Quando fala em Incra, eu... Daqui a pouco vou conversar alguma coisa sobre Incra, né? Quando eu falei que eu tenho as minhas... até receio, é sério, de defender ou fazer qualquer coisa. Mas daqui a pouco eu irei... Eu tive uma viagem que eu fiz, recentemente, para tratar, lá em Marabá, e conversei exaustivamente com o Claudinei, que é o novo superintendente do Inca. Mas deixa para depois. Mas a sugestão por mim aceita. Alguém tem alguma coisa em contrário? Então está aprovada. Ele vai encaminhar, já vai um ofício para presidência para solicitar uma... Porque foi nacional pode ser especificamente aqui para o Pará, a colocação, tá? A doutora queria falar? Fique à vontade. ORADORA NÃO IDENTIFICADA [00:09:43]: Sim. Bom dia, desembargador. Bom dia, Dr. André, Laércio, todos os integrantes aqui da Comissão. Aproveitando a presença da Defensoria Pública da União eu gostaria de reiterar uma coisa que nós sempre temos reiterado aqui: é a paridade de armas quando se trata de tratar de direitos humanos. Nós não podemos mais permitir que desintrusões diárias sejam feitas no modo como foi feito em Itaúna-Itatá, Apyterewa, que é com conflito





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

exacerbado, causando inclusive mortes, né? E tratando pessoas que estavam ali há 30, 40 anos sem a condição de cidadão, tratando como se fossem bandidos. Então eu gostaria de reiterar pela FAEPA que seja dada a mesma isonomia. Até porque, vêm outras desilusões aí, não é? Então eu também posso encaminhar para o senhor a reivindicação da Faepa para o senhor, se possível, encaminhar junto às autoridades competentes. DES. PRESIDENTE: Por favor, faça isso. ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Muito obrigada. DES. PRESIDENTE: E já está previamente aprovado pelo presidente. Mas alguém tem alguma coisa ao contrário? SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: De jeito nenhum. DES. PRESIDENTE: Então pronto. Então vamos fazer o que... Me encaminhe, Excelência, tá? Que nós, de imediato, vamos oficiar a quem de direito. Tá bom? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: **Item 2.2.** DES. PRESIDENTE: Item 2.3, né? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Ponto dois. DES. PRESIDENTE: Bom, aqui nós temos, no Item 2.2, que é inscrições para o Curso de Formação de Mediadores Judiciários. Serão ofertadas 40 vagas em parceria com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos para o Curso de Formação de Mediadores Judiciais. Será aberto uma turma com módulo específico de mediação de conflitos coletivos fundiários. Os interessados deverão encaminhar e-mail à Ouvidoria, nome completo, CPF. E, por favor, explique o que que é isso aí? Pode falar. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Pois não, Sr. Presidente. Trata-se de uma proposta da Ouvidoria Agrária junto ao NUPEMEC para formarmos uma turma que vai ser composta por servidores da Ouvidoria, aberta a possibilidade das senhoras e senhores participarem. É uma turma do curso de Formação em Mediadores Judiciais com módulo específico: Mediação de Conflitos Coletivos Fundiários, que deve ser finalizada no prazo de um mês, um mês e meio após a remessa da listagem dos interessados ao NUPEMEC. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Nós primeiro estamos fazendo o levantamento dessas intenções de participação para verificarmos se vai ser possível compor a turma de, no mínimo, 40 alunos. O requisito necessário é que o interessado tenha nível superior





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

completo, com formação há pelo menos dois anos. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É quando a inscrição? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Ainda não estão abertas. Nós estamos verificando as intenções junto à comissão para verificarmos a informação. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presencial? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Será presencial. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presencial? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Presencial. SR. MARCOS TEIXEIRA: [pronunciamento fora do microfone]. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: A princípio, devido ao limite de vagas, nós estamos abrindo para os componentes da comissão, porque nessa mesma turma também serão participantes os servidores da Ouvidoria. SR. MARCOS TEIXEIRA: Como ela é presencial, seria interessante que se informasse qual seria a previsão de dia, quantos dias na semana para a gente até poder verificar se a gente tem disponibilidade de poder participar, né? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Nós iremos informar. SR. MARCOS TEIXEIRA: Aí seria interessante. Aí eu não sei se... Aí seria interessante que passasse para a gente, se houver essa possibilidade, como a gente, nos nossos órgãos, nós temos servidores também que trabalham nesse atendimento, até mais do que a gente, diretamente, no sentido daquele atendimento mais na ponta, ali, normalmente depois do atendimento que vem para os membros, no caso da Defensoria Pública da União, seria interessante que houvesse essa possibilidade também, se a gente pudesse indicar, pelo menos, mesmo que não vinculasse vocês, obviamente, mas que a gente pudesse dizer que há interessados, o quantitativo de interessados para vocês também quantificar isso se fosse o caso, até para completar essa turma de 40 pessoas. Obrigado. ORADOR NÃO IDENTIFICADO [00:13:58]: [ininteligível] acrescentaria também a possibilidade... a possibilidade dos servidores das Varas Agrárias participar também, se for telepresencial, né? Participa também, porque a gente também é envolvido, né, com os trabalhos de mediação. Se pudesse participar, já telepresencial pode abranger um grande número de pessoas, né? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: A proposição da escola é fazer esse curso presencialmente, mas se o Sr. Presidente não se opor, posso tratar no sentido de verificar a possibilidade de fazer de forma





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

telepresencial. DES. PRESIDENTE: Sim, com certeza. Com certeza absoluta. Vamos fazer de forma híbrida, né? SR. MARCOS TEIXEIRA: [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Que eu tenho que falar com a Dra. Célia Regina, que é a comandante, hoje, da nossa escola, que está colocando um dinamismo tremendo na Escola Judicial. Então acho que ela não vai se opor. Só quero que... Eu estou colocando pela primeira vez aqui, não vou colocar para outra entidade, só para nós aqui, já somos muitos, né? Então nós é que vamos indicar. Quando eu falo nós é a comissão, não sou eu específico, tá? Eu estou colocando os nossos funcionários aqui, que estão efetivamente trabalhando naquela área de conflito, na comissão de conflitos, né? Então vamos fazer mediação e tal. Pedir a Dra. Ione, viu, Dra. Ione, muito obrigado pela presença. Essa é a dinâmica, a dinâmica. Pediria também que o Ministério Público participasse, doutra, com indicação de funcionários ou quem... ou próprio representante do Ministério Público, destas mediações. É um curso muito bom, curso muito bom mesmo. Então nós não estamos ainda abrindo as vagas, e nós temos um número limitado. Entretanto, se nós tivermos uma aceitação maior... Porque agora todo mundo aceita, mas quando chega na hora do vamos ver, não vem ninguém. Ai fica complicado. Então eu pediria que quem se interessasse dissesse logo aí: "Eu vou com quantas pessoas e tal", indicasse logo o CPF, o nome completo e e-mail. SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Excelência. Bom dia. Bom dia a todos. DES. PRESIDENTE: Bom dia, doutora. SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Eu sou Ione, que está registrando. Eu queria saber se Vossa Excelência poderia já declinar quantas vagas por instituição, porque aí nós teríamos como articular internamente. Seria possível? DES. PRESIDENTE: Veja bem, doutora, nós temos, a princípio, 40 vagas para cá, para nossa comissão. Nossa comissão, tá? De forma presencial. Entretanto, eu posso articular junto à direção lá da escola, nós aumentamos o número e fazer de forma híbrida, né? Então o número de vagas é 40 para todo mundo. Entretanto, se o número de vagas superar, se o número de inscritos superar, aí sim, nós teremos que conversar com a escola para fazer de forma híbrida ou então fazer de forma... SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Mais uma





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

turma também. DES. PRESIDENTE: Mais uma turma, outra, tá? Desde que nós tenhamos um número suficiente. Falamos em 40 vagas porque nós já temos a expertise de colocar para as pessoas, e se... Aparece, no princípio, é um monte de gente. Ai quando chega na hora, não aparece ninguém, né? Então fica cavalheiro quanto estiver, não tem problema, tá? Quantos tiver, representante do Ministério Público, funcionário, desde que esteja habilitado a fazer isto, tá? E se comprometa, porque tem gente... Viu, deputado Bordalo? Viu, doutora? Tem gente que se inscreve para não querer fazer nada. Não é assim. Viu, Dr. Amarildo? É isso aí. A gente pensa que não... Não é, Manoel? A gente pensa que não, mas é isso, né? Vamos ver se nós temos número suficiente para... E nesse mesmo diapasão, eu não coloquei aqui, mas vou dizer aos senhores. Eu estou articulando também, junto com a Escola Judicial, fazer um curso de inteligência artificial, né? Ainda não coloquei aqui porque, a princípio, a princípio, não interessa para nossa comissão. Entretanto, acho que interessa sim. Mas depois eu vou conversar com alguns componentes para ver se eu abro para cá ou não. Porque é um curso caro, vai dar, vamos dizer, talvez até despesa para quem for usar os aplicativos, não é? Se não me falha a memória, a professora que deu o primeiro curso, está em uma faixa de R\$ 120,00 o curso. Não sei se é mensal, o aplicativo ser mensal ou não. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: O uso do aplicativo, exato. DES. PRESIDENTE: É o uso do aplicativo, né? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Isso. DES. PRESIDENTE: Eu sei que é um curso excelente, principalmente para quem trabalha... A PGE usa já usa, não já? Já usa? A... SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Defensoria. DES. PRESIDENTE: A Defensoria Pública já usa também, né? A Assembleia deve também estar usando, né? Não sei se a FETAGRI está usando, não sei, mas seria... O curso é excelente. Eu tive a oportunidade de assistir algumas aulas porque o tempo, sinceramente, está exíguo, nosso. Eu estou com uma carga de trabalho muito grande, muito grande. O tempo nosso está exíguo. Por exemplo, eu tive que adiar uma interlocução em uma fazenda do Moju, que seria feito hoje isso. Ontem, né? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Seria hoje. [falas sobrepostas] DES. PRESIDENTE: Não a visita seria hoje, a interlocução

p





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

seria ontem. Mas aí o advogado da parte dos ocupantes pediu que estava muito em cima, que não está obedecendo. Interessante. Quando nós trabalhamos é rápido demais, quando não trabalha aí é meio confusão. Mas nós já designamos, até a Dra. Ione se aborreceu, né? Não é se aborrecer, não é se aborrecer. Ela ponderou. Mas não é, Dra. Ione, a gente tem que também *pari passu* com os demais para depois não dizer que nós estamos atropelando alguma coisa, né? Eu sei que nós temos compromissos... tem que se apertar. É o que nós estamos fazendo, não é? Então, se porventura, interessar, porque eu estou querendo fazer com poucas pessoas também, mas, se porventura, tiver um posicionamento da nossa comissão de que alguém queira... Porque esse é presencial, não pode ser via... porque tem que ser feito alguma coisa na prática aqui. E a professora, ela é exigente. E, se porventura, nós tivermos um número... Nós temos o quê? Já dez, não é isso? Dez pessoas para fazer, não é isso? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Isso, já temos. DES. PRESIDENTE: Meu pessoal do gabinete também quer fazer, porque quando foi disponibilizado só colocaram duas pessoas lá, e eu tenho mais quatro para ser feito, já são 14. Se nós tivermos número suficiente nós vamos fazer aqui. Ao invés de ir para a escola, vamos fazer aqui. Que é um espaço nosso, é um espaço tranquilo, né? O Tribunal está nos dando condições para assim fazê-lo. Espero também que a Assembleia Legislativa, através do deputado Chicão e do deputado Bordalo, nos dê condições para que, em uma emenda parlamentar, né, dê condições para o Tribunal desempenhar todas essas situações. E nós estamos querendo desempenhar na nossa Comissão e na Ouvidoria Agrária. Porque a Ouvidoria Agrária não trabalha só exclusivamente com o setor de terra, nó também temos o lado social, né? Tanto é que nós vamos fazer o casamento... Viu, doutores? Os senhores... Cadê os nossos juízes? Não esquecer que os senhores não contaram(F)... Dia 10 agora... é dia 10, né? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Exato. DES. PRESIDENTE: De maio, nós vamos ter novos casamento comunitários. Encerraram as inscrições. Deputado Bordalo não mandou ninguém. SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: [pronunciamento fora do microfone]. SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: [pronunciamento fora do





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

microfone]. SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: O deputado Chicão mandou que... pediu para dez pessoas virem aqui. Dez. Não mandou ninguém também. Ele viajou... Ontem eu cobrei, mas ele estava viajando, né? Então aí vai ficar na próxima, na próxima... O Ministério Público não mandou ninguém também. Eu preciso que os senhores comprem essa briga junto comigo. Queiramos ou não queiramos... Expandimos até não só para o lado agrário, mas estamos expandindo também para o lado social. Que está custando muito caro um casamento, muito caro. Então, Dr. André, por exemplo, não está querendo fazer casamento comunitário lá na área dele, Dr. Mazutti também, Dr. Haroldo também, o Dr. Manoel também, né? SR. HAROLDO SILVA DA FONSECA: [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Ah, já tem. Olha aí, está vendo? Olha, se esmerem no Dr. Haroldo. Esmerem-se, viu? Esmerem-se no Dr. Haroldo, viu? Viu, Dr. Manoel? Vamos se esmerar nessa situação. SR. MARCOS TEIXEIRA: [pronunciamento fora do microfone]. A DPU recebeu o convite, mas é tanta coisa que a gente acaba não... Seria interessante quando houver essas ações já encaminhasse para a gente, se tivesse um cartaz, o formulário. Que a gente atende lá na DPU, todo dia circula entre 70 e 100 pessoas, então-- DES. PRESIDENTE: [ininteligível] o senhor é quem não viu. SR. MARCOS TEIXEIRA: Não, que a gente recebe o e-mail. Aí eu poderia pedir, obviamente-- [falas sobrepostas] DES. PRESIDENTE: [ininteligível]. Aí é só entrar em contato com ele aí, que ele encaminha o que o senhor quiser. Entendeu? Encaminha o que o senhor quiser. SR. MARCOS TEIXEIRA: Eu estou sugerindo que já quando tivesse essa ação, já encaminhasse para o órgão... já encaminhasse para os órgãos os cartazes e eventual ficha de inscrição ou alguma coisa, como é que foi feita a inscrição. DES. PRESIDENTE: A Fetagri também que não participou de nenhuma ainda, né? A Faepa também não participou também de indicar gente, né? A PGE também, viu? Então vamos incrementar isso. Nós temos tido a boa vontade da Anoreg, juntamente com o Cartório do 2º Ofício de Direito Civil aqui, né, em procedermos com isso de forma gratuita. São apenas algumas coisinhas que têm que ser pago, mas a gente dá o jeito e paga. Que é o





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

edital, não é isso? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Exato. DES. PRESIDENTE: O edital. Então, viu, gente, a gente tem que... Ministério Público também tem que se engajar, não só daqui, como também do interior. Vamos nos cotizar para efetivamente termos o lado social bastante tranquilo. Porque neste dia também nós vamos ter expedição de documento de identidade, não é isso? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Exato. Certidão de nascimento. DES. PRESIDENTE: Nós vamos ter também um comando especial médico aqui, que vão ver os encaminhamentos que nós vamos fazer para médicos aqui, específicos. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Distribuição de cesta básica. DES. PRESIDENTE: Distribuição de cesta básica. Eu estou querendo contar com a colaboração da Assembleia Legislativa para mandar aqui quando cestas básicas forem necessárias. E nós vamos ter que... Cada um casal vai sair com uma cesta básica daqui. Por exemplo, o Governo do Estado, o Governo do Estado já está, através do seu setor, corroborando, colaborando com... A Faepa também já está, também, dando a sua parte de contribuição, né? Então é um comando, um... Nós vamos trabalhando pelo lado social também. Não estamos só preocupados com ocupação de terras ou coisa parecida, mas nós estamos... tem que também trabalhar esse lado social. Isso me gratifica muito. Eu preciso contar, viu, doutor André, que o senhor se esmere no Dr. Haroldo, se esmere nele. Viu, doutor? Hoje o Dr. Antônio Vilar não está aqui porque ele está em Brasília, em um encontro lá, não é? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Isso, participando. DES. PRESIDENTE: É. Participação no encontro lá no CNJ. Por isso que ele não veio hoje. Mas também está participando... É direitos humanos, não é isso? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Na comissão? DES. PRESIDENTE: É. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Da AMB. DES. PRESIDENTE: Da AMB, né? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Isso. DES. PRESIDENTE: E também, sobre este mesmo assunto, nós temos dois juizes trabalhando na Comissão de Conflitos Nacionais, que é o Dr. Agenor e a Dra. Josineide. São pertencentes à nossa Comissão de Conflitos aqui. E estão super atarefados, já me pediram para mim falar com a presidente do Tribunal para eles deixarem o lado de cá de lado e





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

ficar só na Comissão de Conflitos. Não dá. Não dá para mim fazer isso, e a Presidência também não dá, que nós não estamos com juiz suficiente para isso. Eu sei que o calendário está apertado, mas nós vamos ter que dar o nosso melhor. Então, eu queria aqui parabenizar os dois juízes que foram escolhidos, né, para fazer parte da Comissão Nacional. Queria colocar em votação aqui, se for o caso, os parabéns aos dois juízes, né? E a comissão parabenizar os dois juízes que foram guindados a... Alguma coisa contra? Se não tem, então está aprovado. Vamos oficializar para cada um deles, tá? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Perfeito. Pois não. DES. PRESIDENTE: Dr. Agenor e Dra. Josineide. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Sim, senhor. O requisito para essa de mediadores é: ter nível superior completo com formação há pelo menos dois anos, né, de curso de formação, independentemente de ser bacharel em direito. Eu falo de mediador. Mas logicamente deve estar na área, né? E nós somos de direito, acho que nós não vamos colocar outra pessoa que não seja de direito. Mas fique à vontade. Doutora, quer falar? SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Excelência, queria louvar Vossa Excelência pela iniciativa de parabenizar os colegas magistrados que estão na Comissão Nacional. Acho que ter dois representantes paraenses lá diz muito, né, sobre a iniciativa do TJ de encampar aí a autocomposição na resolução dos conflitos. E me ocorreu, Excelência, uma outra temática de parabenização que talvez fosse interessante colocar aqui nesta comissão, que o Helvécio(F) presta serviços a esta Casa há muito tempo, e eu sempre louvo o trabalho dele, né, Dr. André, quando ele está conosco, sempre comento com o Dr. André que seria importante registrar também um elogio funcional ao trabalho de anos do Sr. Helvécio(F), que tem contribuído com muitos processos, e continua contribuindo. Ontem nós estávamos em São Francisco do Pará, com Dr. Horácio, em outra visita técnica. Sr. Helvécio(F) estava lá. Suas informações, seu conhecimento, a sua expertise sempre nos ajuda muito. Eu sei que ele não é mediador de conflitos, mas ele traz informações técnicas importantes. E assim como ele, queria registrar também um elogio à toda a equipe da Ouvidoria Agrária, que tem se esmerado, juntamente com os magistrados, na condução aí da melhor





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

forma possível, nos ajustes necessários para os trabalhos da Comissão de Soluções Fundiárias de Mediação de Conflitos. Então, eu queria estender também, talvez em um outro momento, esse elogio à toda equipe, em especial ao Sr. Helvécio, que já contribui conosco há muitos anos. Obrigado, Excelência. DES. PRESIDENTE: Muito obrigado. Veja bem, eu até me regozijo com Sua Excelência, né? Mas eu coloco em votação. Eu, particularmente, eu acho que ele está cumprindo o papel dele, está sendo pago para isso, né? Mas é louvável quando nós... uma entidade que nem o Ministério Público solicita isto aí, se porventura for aprovado, logicamente irá para os anais de todos os nossos funcionários, né? Então eu coloco em discussão. Está discutindo. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Se ninguém discute. DES. PRESIDENTE: Pois não? ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Pronto, em votação. Está aprovada? Então está aprovada. Agora a doutora só falou de um, né? Ela está colocando todos, porque todos nós estamos engajados. Inclusive nós estamos dividindo turmas, até eu já entrei nesse circuito também para tentar solucionar alguma coisa. Ou seja, como presidente da comissão já vai também fazer visita técnica. Por quê? Porque os seis juízes que já estão trabalhando não estão dando conta do recado. Então lá vai eu também, né? Eu estou arranjando um jeito aí de ir. E está faltando o Ministério Público, né, se fazer mais presente, assim como a Defensoria Pública. Está faltando. Estão convidados. Só que a nossa agenda talvez monte com a agenda também do representante do Ministério Público, que são poucos. E a gente ressentido essa falta, ressentido essa falta porque nós temos que ter as pessoas lá. Porque uma pessoa só não dá aquela cobertura necessária, dois, três dará. Entendeu? Então seria bom que nós tivéssemos... fazer um esforço hercúleo, não só a Ouvidoria, não só a comissão, mas também como as entidades que participem também. Estou sentindo falta também da Faepa, que não está indo, né? Estou sentindo falta da nossa Fetagri também, que não está indo, da nossa PGE, né? O Incra nem se fala. O Incra nem se fala, né? Mas o Iterpa também não está se fazendo presente. Cadê o Iterpa? Está aqui hoje? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Não está. DES.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

PRESIDENTE: Vamos, então, oficiar ao Dr. Bruno para saber o que é que está havendo com o Iterpa. Né? O Iterpa não tem se feito presente. Muita gente. o Inkra nem se fala. SR. JOÃO: Doutor, bom dia. João, da Fetagri. [Ininteligível] uma continha ontem. A gente estava acompanhando lá em São Francisco, e estava o Dr. Horácio, a Dra. Ione, o Ministério Público, o Inkra, o Iterpa, a Defensoria e o STTR, o sindicato lá de São Francisco e nós, da Fetagri. Então, assim, foi muito importante, né, a participação, a escuta, né? E, sem dúvida nenhuma, é uma... Tenho dito que uma das coisas importante para a construção da paz aí no campo, ela tem dado assim que começamos a comissão. E certeza que vai dar resultados. Então, foi muito bom. Só para deixar registrado, já, aqui a nossa participação da Fetagri. Tudo bem? Obrigado, doutor. DES. PRESIDENTE: Sobre esse assunto aqui, uma prestação de conta rápida aqui, aos... Nós temos hoje, na comissão, 72 processos, deste total, foram distribuídos aos juízes 70. Total de processos já concluídos, devolvidos aos juízes: 14. Total de processos concluídos com acordo entre as partes: dois. Quais são? Diga aí. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: São dois processos da região de Eldorado dos Carajás, a ocupação de um frigorífico. Não tenho o número, mas eu posso... DES. PRESIDENTE: Não, tudo bem. Só para dar. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Sobre a atuação do Dr. Agenor. DES. PRESIDENTE: É. Total de sessões de interlocução: já foram realizadas 36. Total de sessões de mediações já realizadas: 12. Total de visita técnica realizada: 18. Total de visita técnica pendente de realização: 11. Total de estudo técnico realizado pelo SIGEO: 29. Isto aqui é uma prévia do que nós estamos fazendo na Comissão de Conflitos. Se a nossa comissão aqui quiser este levantamento, a Secretaria poderá encaminhar aos senhores. esse levantamento, tá? Que eu estou acabando de dar. Para os senhores, está certo? Se alguém quiser, é só solicitar ao Sr. Secretário ou alguém da Secretaria para que seja encaminhado. Alguém quer? Quer doutora? SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Eu quero, Excelência, porque seria importante. Nós estamos buscando nos estruturar no Ministério Público, também até para melhorar a nossa presença, a nossa participação na comissão. E essas informações, doutor, seriam importantes para que a





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

gente pudesse e até para o convencimento, até para nossa organização interna, saber em que passo nós estamos e como nós vamos conseguir acompanhar. Porque tem sido difícil, Excelência. Olha, eu tenho trabalhado com o Dr. Agenor, com o Dr. Horácio, com o Dr. Charbel, com Vossa Excelência e com todos os juizes ao mesmo tempo, e eu sou só uma para dar conta disso. DES. PRESIDENTE: Mas eu penso assim, quanto mais tiver, melhor. SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Pois é. Só que para conseguir outros colegas não é assim, só eu pedir, eu tenho que ter uma portaria também interna da minha instituição, e tem toda uma questão de negociação. Eu tenho a esperança, agora, Excelência, com a vinda de novos colegas promotores de Justiça recém-empoados no novo concurso, que nós consigamos atender melhor essa demanda, porque nós tínhamos um déficit de promotores também para ocupação dos cargos titulares. Então eu não tinha esse excedente para poder me auxiliar nessas atividades da comissão. Então, só para justificar que nós estamos fazendo esforços internos para conseguir atender da melhor forma possível. Mas, no momento, pelo menos nesses 72 processos das Varas Agrárias, nós estamos contando apenas com os promotores agrários das suas respectivas regiões. Nós não temos equipe de apoio ou promotores auxiliares. E está, muita das vezes, tendo problema de sobreposição de pautas com as pautas que são, né, do dia a dia das Varas Agrárias e as nossas atividades também do extrajudicial. Então tem sido assim, muito hercúlea a nossa tarefa de dar conta de todas essas atividades. Mas nós não estamos nos escusando, apenas estamos tentando conciliar todas as agendas. DES. PRESIDENTE: Tá bom. Vamos então encaminhar para o Ministério Público, tá, todas as realizadas já, e também as pautas futuras. Tá certo? SR. JOÃO: Doutor. DES. PRESIDENTE: Mais alguém quer? SR. JOÃO: A Fetagri também. DES. PRESIDENTE: A Fetagri também? SR. JOÃO: [ininteligível], tá bom, doutor? DES. PRESIDENTE: A Defensoria Pública da União também quer? Mais alguém quer? ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A SDH, doutor, também. DES. PRESIDENTE: Direitos Humanos também? ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso. DES. PRESIDENTE: Mais alguém quer? Fiquem à vontade, está certo, gente? Tá. Então veja quem quer e





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

encaminha. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Pois não, DES. PRESIDENTE: Talvez demore um pouco que eu estou com a nossa equipe, né, em campo. Por exemplo, nós no trabalho precursor, nós estávamos ontem lá em São Francisco, mas hoje nós já estamos lá no Moju, né? Já no Moju, para... SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Semana que vem. DES. PRESIDENTE: Semana que vem vamos estar onde? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Em Moju. DES. PRESIDENTE: Em Moju também. Olha aí. Então nós vamos ter que... Existe uma equipe anterior, aí depois vai também a equipe completa, né? E nessa equipe completa é que eu desejaria que não só a Ouvidoria estivesse presente, não só o juiz, mas também o Ministério Público, Defensoria Pública, se viesse Ministério Público Federal, Estadual, estamos lá, Faepa, PGE, o que tiver lá. Inkra. O Inkra é meio complicado. Quando eu falo Inkra, eu estou... É porque eu ainda não consegui ir a Brasília. Mas eu vou. Assim que eu tenha um tempo, eu irei lá a Brasília, porque... Bom, eu vou logo dizer. Eu tive uma reunião com... conforme foi solicitado aqui pelo Dr. Bordalo, com o Inkra Marabá. Ele, efetivamente... Dr. Claudinei. Efetivamente é uma excelente pessoa, excelente pessoa. Me deu uma impressão tremenda, mas eu coloquei algumas coisas lá para ele, né, e, ao final, ao final da nossa conversa, que foi mais ou menos duas horas... Lá na sua sala, viu, doutor? O senhor estava para, se não me falha mais, Tucuui ou era...? Estava em Tucuui, né? Enquanto o Dr. Mazutti estava em Tucuui eu estava lá na sala dele conversando com o nosso coordenador lá do Inkra. Pessoa maravilhosa, pessoa de boa vontade. Mas eu dizia para ele que não adianta só boa vontade. Não adianta. Ao final, eu dei um conselho para ele: Ajeite primeiro sua casa. Ajeite sua casa porque ela está bagunçada, está bagunçada. Aí eu coloquei algumas situações para ele que efetivamente ele desconhecia, né? Também estava assumindo. E disse mais: se porventura o senhor não ajeitar sua casa, peça para ir embora, porque o senhor tem um nome a zelar. Não adianta o senhor vir do Paraná para cá, a realidade lá é uma, aqui é outra, mas o senhor, acima de tudo, é uma pessoa conciliadora, é uma pessoa direita, séria. Eu estou vendo. Coisa que aqui não acontece, no Inkra daqui. Falei para ele. Não acontece. Um exemplo que eu dei foi no





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

dia que eu estive lá na sessão de... que eu fiz uma reunião na Câmara Municipal, começou no Fórum depois foi... Ai eu simplesmente o Inbra fechado, só funcionava dia de terça-feira. E mesmo nesse dia estava fechado porque estava na troca de servidor; e não tinha dia para chegar. Então mostrando para ele isso, não é, porque ele desconhecia. E eu digo: Primeiro ajeite sua casa. Ai eu dei um exemplo: aqui na Ouvidoria eu levei um bocado de tempo para ajeitar a casa, porque aqui, na ouvidoria, era... Como é que era, doutor, o senhor que é antigo? A Ouvidoria existia onde? SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Em uma sala, não é, desembargador, lá no anexo do Fórum Criminal, não é? [falas sobrepostas] DES. PRESIDENTE: Isso já era... na criminal até era bom. SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: É. a estrutura não era como é hoje, não. DES. PRESIDENTE: Era uma estrutura que não tinha nada. Eram duas pessoas só, não funcionava era nada. Essa que é a verdade. Depois do Dr. Otávio Marcelino Maciel não funcionou mais nada. E, graças a Deus, nós conseguimos isso aqui. Nós estamos fazendo esta... fizemos essa reestruturação, ajeitamos a casa, levamos mais ou menos um ano, talvez um ano. Eu digo: Espero que isto não leve todo esse tempo, porque existe promessas do Inbra para ontem. O senhor está, por exemplo, me pedindo aqui um prazo. Mas que prazo vocês querem mais? Pelo amor de Deus. Acabem com esse negócio de me pedir prazo. Está me pedindo um prazo. Tudo bem. Qual é o prazo que o senhor quer? Uma semana? Ou o senhor quer 15 anos? "Não, não, doutor". Exato. Então é sinal que o senhor está imbuído, né, de uma coisa boa. Eu vi que tem uma excelente ideia do que seja. Viu, Dr. Solano? Pessoa muito boa. Agora digo: mas não adianta ficar só no discurso. Vamos efetivar isso no papel. Não adianta ficar prometendo as coisas e não cumprir, né? Nós estamos em uma época, agora, de solução, não mais de jogar a coisa para frente. Nós temos que solucionar. Ele se demonstrou muito bom. Que bom! Que bom! Tive uma excelente impressão dele. Agora, não sei, pela dificuldade que ele está encontrando lá, se vai passar muito tempo. E eu disse para ele: Primeiro ajeite sua casa, que está bagunçada, né? Então vamos aqui para. **ITEM 3:** resposta da Segup ao Ofício nº 06/24 o qual solicitou





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

informações e providências em relação aos conflitos agrários ocorridos na propriedade rural denominada São João Deus é Pai, localizada no município de São Tomé das Barreiras. Trata-se de resposta a esse expediente da comissão em atenção aos termos deste ofício, encaminhado pela Promotoria de Justiça Agrária de Redenção, informando da iminência de agravamento do conflito agrário, diante da necessidade de atuação dos órgãos, autoridade competente referente ao atentado à residência da Sra. Iara Celestina da Silva Andrade, cuja irmão foi alvejado com vários tiros, conforme vídeo encaminhado. Enquanto ocorria os disparos de arma de fogo, os atiradores proferiram várias ameaças, principalmente em razão de terem sido denunciados na Deca. Em resposta, a Segup informou que encaminhou a demanda à Polícia Militar para providências quanto a adoção de medidas protetivas de rondas de segurança na área, bem como à Polícia Civil, para investigação dos fatos narrados no expediente encaminhado pela Promotoria de Justiça Agrária de Redenção. Informou ainda que a referida denúncia foi encaminhada à Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos, considerando que um dos denunciante, o Sr. José Vargas Sobrinho, é assistido pelo Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, gerido pela Comissão Secretária de Secretaria de Igualdade Sociais. Então, gente, por essas providências que foram tomadas, mais alguma providência desejam que seja tomada, cobrança em relação a isso? Fiquem à vontade. Alguém quer falar? Dos Direitos Humanos, por favor, Dr. Antônio. SR. ANTÔNIO: [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Não? Não? Alguém quer dizer algum requerimento mais? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Dra. Ione, Excelência. DES. PRESIDENTE: Dra. Ione, por favor. SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Excelência, não seria um requerimento, mas acrescentar outras informações que eu tive notícia da própria Promotoria Agrária de Redenção, que tem acompanhado junto à Deca as investigações desse caso. Então queria lhe reportar que, para além do que foi colocado no expediente da Segup, eu tenho informações de que a Delegacia de Conflitos Agrário já está apurando o caso e bem como a Polícia Militar da região de Redenção tem feito rondas na área. Então eu penso que os





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

encaminhamentos que Vossa Excelência tem adotado na comissão, por ora, têm sido suficientes para atender ali e apurar esses casos. E agora nós precisamos só cobrar que esses relatórios desses inquéritos policiais sejam concluídos e remetidos depois as informações para esta comissão, para que a gente possa realmente saber qual foi o motivo, né, dessa situação ter ocorrido lá. DES. PRESIDENTE: Sobre esse assunto, então, vamos oficial ao delegado da Deca, tá? Vê se é isso aí. Para saber quando se encerra esse inquérito. É isso, doutora? Tá? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Pois não. DES. PRESIDENTE: Que nos diga quando vai encerrar. Não sobre esse assunto, mas eu tomei conhecimento, através da imprensa, de uma morte ocorrida de um sindicalista, ali em Rondon do Pará. Ninguém me falou nada, mas eu ouvi pela imprensa. Alguém tem alguma coisa sobre isso? ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Hein? ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Pois eu também tenho pouca informação. E eu, sinceramente... Tem alguma coisa em relação à ocupação, alguma coisa? Ou foi crime comum? Eu não sei. SR. JOÃO: Doutor, nós buscamos informação, né, estar partido da imprensa também noticiamento(sic), e não chegamos... Tem muita desinformação ainda desencontrada. Então, a gente também não tem... A gente sabe que era de uma associação, de um projeto de assentamento, que já é um assentamento consolidado, né? Mas não temos mais muita informação sobre esse assassinato. DES. PRESIDENTE: Mas eu estou... É porque eu tenho preocupação, eu tenho preocupação com esse tipo de coisa e que pode respingar no Estado do Pará de uma forma geral, né? E eu não queria que isso viesse sem nós tomarmos providência ou alguma situação. Se foi crime comum, tudo bem. Mas se houve alguma conotação de agrário, no caso, nós teremos que tomar providência, tá? Pois não, doutor. SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: Doutor, eu queria aproveitar o fato e alertar para o seguinte: se foi em Rondon do Pará e não houve uma manifestação clara, transparente, direta dos representantes reconhecidos lá, da representação dos trabalhadores, dessas lutas por terra, é uma coisa estranha dizer que foi um sindicalista, que tudo, e já *b.*





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

ligar com... Eu não vi nenhuma manifestação oficial da D. Joel, por exemplo, do sindicato. Não sei se é da Direitos Humanos recebeu oficialmente alguma coisa. Eu não recebi na Alepa, não é? SR. ANTÔNIO: Eu fiquei sabendo também por alto. Fiz contato com a D. Maria Joel, e ela também não tinha nenhuma informação. SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: Justamente. Então nós estamos vivendo um fenômeno da especulação, da fake news, de uma tentativa também de passar determinados níveis de tensão onde não existe, ou de associar tudo a algo que eu quero associar. Então eu acho que nesses casos nós temos que manter uma certa prudência, evidentemente que acompanhar com preocupação cada notícia. Mas, nesse caso, me parece que até aqui, pelo menos, não existem informações que relacionem essa morte com alguma coisa relacionada a conflito de terra, ou... É o que... **ITEM 4:** DES. PRESIDENTE: Então vamos seguir adiante, né? Vamos para o quarto aqui. É uma Moção 1.415/2023, da autoria do deputado Bordalo, que trata dos conflitos fundiários na Comunidade Quilombo Torres, localizada na zona rural do município de Tracateua. Trata-se de expediente encaminhado pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor, Defesa da Pessoa com Deficiência, da Mulher, da Juventude, da Pessoa Idosa e Minorias da Alepa referente a denúncias de episódio ocorrido na Comunidade Quilombo Torre, localizada Tracateua. E que, segundo relato de informações, os moradores foram surpreendidos com o incêndio que deteriorou o trator utilizado para a produção agrícola e parte do barracão, ambos do uso coletivo daquela comunidade. Diante dos prejuízos calculados, solicita conhecimento à Presidência da Comissão. Eu estou franqueando a palavra agora ao Dr. Bordalo. SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: Doutor, foi um caso, me parece que já está sendo acompanhado, inclusive, pelos mecanismos de polícia, de justiça da área. Mas foi o que chamou a atenção. E expedi a moção a Vossa Excelência para conhecimento, não é? E para também verificar, através dos representantes do Judiciário na área, se tem algo que relacione esse evento... Que foi um evento meio grande de incêndio, não foi... Que tem toda a aparência de incêndio proposital e que atinge uma comunidade tradicional lá de Tracateua, que é uma área





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

extremamente singular, não é, ali. Vocês sabem que aquela área mais antiga... DES. PRESIDENTE: Tracateua... SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: Tracateua é perto de Bragança. DES. PRESIDENTE: É comarca? Não? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Perto de Bragança, né? Ainda é? Puxa, eu fui juiz lá em Bragança, na época já era... Tracateua já era termo de lá. Continua, é? É um município antigo, né? SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: É, ele se desmembrou de Bragança, o senhor conhece bem o caso. E o senhor sabe que tem um problema sério em Tracateua, que um dia alguém terá que tratar, que é o problema de documentação. Esses dias eu fiquei estarecido porque a caravana de direitos humanos lá da Alepa estava percorrendo aquela região e estava em Tracateua. E é impressionante a insegurança jurídica dos documentos em Tracateua, certidões e tudo, porque ninguém confia nos documentos emitidos em Tracateua. Uma coisa séria. De qualquer forma, doutor, a moção era para Vossa Excelência ter conhecimento e para a gente verificar se existe ou não alguma coisa... DES. PRESIDENTE: Mas então vamos fazer o seguinte: vamos oficial ao juiz criminal, tá, de Bragança e também ao promotor. Dra. Ione, em Tracateua nós temos promotor ou é de Bragança que também responde? SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Excelência, é em Bragança. DES. PRESIDENTE: Bragança também. Então à Promotoria de Bragança também, tá? Para saber o que é que nós temos de apuração lá. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Perfeito. DES. PRESIDENTE: Com relação a esse aspecto, tá? SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Excelência. DES. PRESIDENTE: Bom, temos em encaminhamentos... SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Excelência. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Presidente, Dr. Mário Solano pede a palavra. DES. PRESIDENTE: Pois não? SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Sr. Presidente, bom dia, Excelência. Bom dia a todos. É sempre é um privilégio vê-los bem. Em nome da federação nós não poderíamos perder a oportunidade de prestar solidariedade a essas vítimas que foram apresentadas aqui, na moção do deputado Bordalo. Como foi dito aqui já várias vezes, nada justifica a violência, né, desse porte e que





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

resulta muitas vezes com vítimas fatais, como foi citado aqui, por causa de questão de espaço de terra. Mas também eu pediria, Excelência, aproveitar que o deputado Bordalo representa na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, pedir que também nesses momentos, tenha solidariedade com pessoas que são vítimas de invasão. Agora, no dia 15, tivemos a família Benevides com a sua propriedade, não é, invadida de forma violenta, não é? E todos nós sabemos aqui, não podemos dizer que não sabemos, as exigências e a quantidade de exigências legais para alguém produzir, seja de pequeno, médio ou grande produtor. Nós temos as mais diversas legislações, inclusive de proteção dos animais. Então, a magnitude de legislações que um produtor tem que cumprir é algo assim, surreal no Brasil. Mas são cobrados e eles procuram cumprir. E quem não cumpre, responde. Mas é interessante que quando acontece uma invasão de propriedade violenta, inclusive já começa pelos animais, isso tem foto, registro, tudo que tem direito, ninguém lembra desse detalhe da legislação referente à questão do bem estar animal, e muito menos ambiental, que é a primeira coisa que atinge. Portanto, eu não vou dizer nem aqui os danos, já falamos demais sobre esse assunto aqui, então eu peço que a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia também tenha essa solidariedade a essas vítimas, não é, que estavam lá, como eu sempre digo aqui, no seu ambiente, na sua propriedade, não causaram violência com ninguém, foram vítimas de agressão. Então é preciso a gente ter essa paridade para mostrar que realmente as instituições têm esse equilíbrio, né, de entender que vítima não tem nome, vítima não tem partido, vítima não tem simplesmente qualquer tipo de diferença. É uma vítima e, portanto, merece ter atenção, a solidariedade e o tratamento adequado. Inclusive da mesma forma da moção, pedindo prioridade, pedindo emergência na questão da solução. Eram essas considerações, presidente. Obrigado.

DES. PRESIDENTE: Muito obrigado. O doutor presidente da comissão, que pertence também à nossa comissão, está presente. Mas eu pediria ao representante da Faepa que fizesse por escrito, que nós vamos encaminhar, tá, ao presidente da Alepa para que, logicamente, ele se manifeste oficialmente. Tá? Por favor, encaminhe, que imediatamente nós... O senhor tem razão, né? Não é só por um lado, nós temos que ter

p.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

paridade efetivamente. Então ele também terá que se manifestar quanto a este aspecto, tá? SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Tá. O senhor vai fazer, mas não demora, não. É bom que faça também por escrito, né, que a gente vem com toda [ininteligível] necessária. SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: Não, doutor, só para pedir à Faepa que se manifeste para mim direto. Eu nunca recebi nenhuma manifestação da Faepa me pedindo algum tipo de coisa. Quando eu mando uma moção dessa, não é de ofício meu porquê eu ouvi falar, é porque eu fui provocado por alguém. A Faepa nunca me provocou para nada. DES. PRESIDENTE: É justamente por isso que ele está provocando a comissão, e a comissão vem-- SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: O senhor me mande por escrito a sua manifestação, por favor. DES. PRESIDENTE: --está solicitando, faça por escrito, que será encaminhado ao presidente da Comissão lá. Não há problema nenhum, tá? Para, logicamente, nós não nos sentimos lesados por qualquer um, né? Então vamos ao quinto aqui. Nós pulamos para o quatro já? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Não, é o quinto. **ITEM 5:** DES. PRESIDENTE: Vamos ao quinto, é encaminhamento da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos sobre a denúncia relatada no Fórum Permanente da Sociedade Civil do Marajó. Trata-se de encaminhamento de e-mail oriundo no dia 9/4, remetido pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos em referência à realização do Fórum Permanente da Sociedade Civil do Marajó, ocorrido nos dias 13 e 14 de dezembro de 2024. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: É 2023, Excelência. DES. PRESIDENTE: Vinte e três, né? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Isso, 2023. DES. PRESIDENTE: Em que fora relatado sobre as seguintes denúncias: Quilombola HTQ de Gurupá, que foram ameaçados de morte, tiveram dois celulares retidos por seguranças da Fazenda de Nazaré, em Cachoeira do Arari; 2) na Comunidade Quilombola de São Benedito do Rio Anijó, em Portel, um madeireiro de nome Elias Medeiros invadiu a área com a polícia e a Secretaria do Meio Ambiente Municipal; 3) obra de pavimentação de estrada em Breves, do Governo do Estado, que está causando um problemas ambientais, desmatamento abusivo das margens da estrada.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

solicitação de fiscalização da obra. Nesse sentido, solicita informações se há registro dessas denúncias ou encaminhamento e ações que foram realizadas. Essa foi a nossa solicitação. Perguntou aos membros se há registro e o encaminhamento das referidas denúncias ou proposição de encaminhamentos? SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: [pronunciamento fora do microfone] Salvaterra. DES. PRESIDENTE: O senhor tem um em Salvaterra? Mais alguém tem, além do deputado Bordalo? Encaminhe, então, deputado Bordalo, por favor, para nossa comissão aqui, para nós tomarmos conhecimento. E, logicamente, fazemos com que, né, o... Nós não temos por que ficar alheio a isso, né? Então a coisa fica acontecendo lá aí... SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: No caso de Salvaterra, doutor, inclusive a Defensoria... No caso de Salvaterra, a Defensoria Pública do Estado coordenou, esta semana passada, uma diligência e convidou vários órgãos. Nós designamos um assessor nosso, lá da Assembleia, que acompanhou essa diligência, a essa comunidade quilombola em Salvaterra, que apresenta denúncia de que contaminação de agrotóxico está atingindo moradores da comunidade. Então, a Dra. Andreia Barreto, se eu não estou enganado - Não foi isso? - coordenou essa diligência, e nós estamos a aguardar o relatório, então, dessa diligência. E assim que chegar, nós vamos encaminhar para Vossa Excelência para conhecimento, tá? DES. PRESIDENTE: Tá certo. **ITEM 6 – O QUE OCORRER:** Vamos então aqui no que ocorrer, tá? Temos algum fato? Dr. André, tem alguma coisa? Alguma coisa no que ocorrer? ORADOR NÃO IDENTIFICADO [01:04:52]: Não, só que foi feito uma referência aí, a uma estrada, né, do estado. Acho que é importante oficial a Secretaria de Obras. Aliás, nesse caso, acho que é a Setran, né? Setran, para obter informações, né? Até para informar à comunidade. Com certeza... Porque essa é uma obra importante de interligação... [falas sobrepostas] ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É Breves. Deve ser aquela... Salvo engano, é uma via antiga, mas que agora vai ser asfaltada, né, do Estado, é uma das vias mais... [ininteligível] agora asfaltada do Estado. Então talvez seja essa a via. E até para pedir esclarecimentos também. DES. PRESIDENTE: Vamos fazer ofício... [falas sobrepostas] SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Setran, Dr. [ininteligível].





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É, Setran. DES. PRESIDENTE: A Setran, né? Alguma posição ao contrário? Não. Então está aprovado. Vamos oficialar para lá, tá? Então vamos no que ocorrer. Tem alguma coisa? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Dr. Solano pede a palavra. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Excelência, senhoras e senhores, eu estava aguardando o que ocorrer para trazer para os senhores aqui, para as senhoras, uma lembrança que alguns com certeza já tem conhecimento. Na reunião passada, fiz questão de lembrar, presidente, a nossa preocupação pela Federação referente à questão das desintrações. Eu acho que o senhor lembra disso, e alguns que estavam presentes também. Nós temos aí, a informação que boa parte dessas pessoas que sofreram desintração, inclusive Apyterewa, ainda estão aí, sem lugar para ficar, perderam grande parte dos seus bens e sem solução até hoje. São famílias, e famílias pobres, a grande maioria. E nós recebemos agora uma informação com, inclusive, documentação, sobre a questão da Flona Jamanxi. Eu acho que não sei se os senhores já receberam essa informação. DES. PRESIDENTE: Não, Jamanxi não. É Itaituba, né? SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Isso, é Jamanxi, Novo Progresso. DES. PRESIDENTE: Novo Progresso. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Novo Progresso. Excelência, teremos um novo problema, mais grave. Então chamo a atenção Ministério Público, Defensoria Pública, as instituições. No nosso Estado, houve uma notificação, deram 30 dias para essas pessoas saírem da área. Ok? Vou lembrar um detalhe para os senhores e para as senhoras. A Flona, presidente, ela foi criada em fevereiro de 2006, grande parte dessas pessoas, nessa região sudeste, sul do Pará, vieram para cá na década de 60, criaram famílias e trouxeram outros porque foram convidadas para vir para cá. Foram essas pessoas, com as devidas exceções, que desbravaram esse estado e que deram o que hoje nós somos. E o resultado disso é que se cria, em 2006, e a partir daí, quem estiver dentro saia, dê seu jeito. E agora é ultimato. Deram 30 dias, foi notificado, tem edital. Depois, se quiserem, posso mandar uma cópia para os senhores. E aí veio a preocupação, presidente, deram 30 dias, edital 30 dias. E a gente procurando saber quem são as pessoas, né? Principalmente a origem das denúncias. Não tem lá, nas





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

informações. Mas diz o seguinte, tem um site que o senhor acessa e procura saber as áreas para saber quem são, quem estiver dentro, saia. Nós tentamos, essa semana, acessar e não conseguimos essa informação. Veio o mapa aqui, espacial, não dá para saber nada. Então assim, o que é que a federação pede aos senhores? E veja bem, não estou dizendo que todos são associados ao sindicatos que compõe a federação, mas é uma questão de direitos humanos, de princípios, e que todos aqui, nessa Casa, eu tenho convicção que tem esse cuidado, essa preocupação. Exatamente o seguinte: 30 dias... Ah, não, porque esse processo já vem durante muito tempo. Essas pessoas já estão ali há décadas. Independente da ilegalidade ou legalidade, se estiver ilegal, dê um prazo exequível. E outra coisa, notifique as pessoas, vão lá, notifique e não coloque em edital. As pessoas de lá não vão ver isso aí, não vão assistir. E aí acontece o que aconteceu em Apyterewa, gente, Ituna-Itatá. Porque aqui, eu já disse isso mil vezes, quem mora nas cidades tem políticas públicas, quem mora na área rural é discriminado. Não tem. Grande parte não tem. São criados por eles mesmo, inclusive as vias de escoamento. E isso, muitas vezes, não é reconhecido. Então, o que é que acontece? A gente está pedindo dignidade, direito, que essas pessoas sejam notificados como a gente na cidade é, antes de agir, de chegar lá com Força Nacional, de chegar lá com Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e tirar da forma que tiraram todos aqueles de Apyterewa. E que, infelizmente, até hoje, presidente, não foi resolvido e nem pacificada essa situação lá. Então já temos uma experiência, vamos ter outra, agora, para ter mídia nacional e, quiçá, internacional? Porque ali é diferente. Quem conhece Novo Progresso aqui? DES. PRESIDENTE: Eu conheço. Já fui lá. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: O senhor conhece? O senhor sabe muito bem que ali tem um problema diferente de fronteira. As pessoas ali pensam diferente. Podemos ter ali um problema seríssimo de conflito. Quem vai se responsabilizar por isso? Então, é essa preocupação que nós, da federação, estamos tendo para que a gente possa unir, presidente... E agora tomei conhecimento pelo senhor que nós temos dois magistrados em uma Comissão Nacional de Mediação. O que é que custa esta Comissão Nacional de Mediação participar desse processo? Por que é





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

que eu digo isso? Porque nós estamos cumprindo as normas que são determinadas pelo CNJ, com comissões de mediação. Inclusive tem uma comissão de mediação que, em fevereiro, foi nomeado na Justiça Federal aqui, no Pará. Por que é que ela não age da mesma forma como que está agindo? O que a gente tem pedido aqui nas reuniões, presidente, sempre é paridade, é igualdade das ações. A maioria dessas pessoas são pequenos produtores, não são grandes produtores; estou falando até quatro módulos fiscais. Por exemplo, essa propriedade que eu falei, que foi invadida agora - viu, deputado? - sabe quantos hectares ela tem? 242 hectares. Quanto é o módulo fiscal de Parauapebas? 70. Portanto, seria 280 hectares. Ela tem 242, é uma pequena propriedade, quatro módulos fiscais. Foi invadida. Então, assim, a gente precisa ter esse cuidado de ter equidade, paridade, equilíbrio, igualdade, no sentido de quê? De evitar os conflitos, que é a sua preocupação, a preocupação de todos nós. Então, se fosse possível, presidente, uma ação da comissão para justamente ter uma atenção sobre isso, preventiva, fazer o que tem que ser feito, o que nós estamos fazendo. O senhor agora acabou Abaetetuba, Moju, vamos para reunião, vamos fazer... O que custa fazer isso com essas pessoas que lá se encontram, para evitar um conflito grave. Gente, grave. A tendência é o conflito grave. Eram essas observações. Muito obrigado. DES. PRESIDENTE: Muito bem. Agora eu... um esclarecimento. Eu quero que o senhor me diga onde que nós podemos nos dirigir? À Comissão Nacional do CNJ ou à comissão que o senhor fala, que foi criada aqui no Pará? SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: [pronunciamento fora do microfone]. Excelência, está... o documento veio o ICMBio como órgão responsável, mas eu vejo que isso pode ser encaminhado via CNJ. Pode sim. Para que haja justamente uma força para chegar e cumprir o rito. Porque o próprio CNJ que orientou o rito sobre a questão da mediação. DES. PRESIDENTE: Então eu vou receber, o senhor me permite? SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Sim. Sim. DES. PRESIDENTE: Receber através da federação, e vou encaminhar ao... não ao presidente do CNJ, mas, sim, ao presidente da comissão, né? Para que tomem as providências devidas, conforme o solicitado agora. Alguma coisa contra? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Dr. Ione pede a palavra





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

[ininteligível]. DES. PRESIDENTE: Pois não, doutora? SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Não, Excelência, eu até acho bem acertada o seu encaminhamento, vosso encaminhamento. Eu só queria reforçar que realmente é uma área de grande conflito, né, de grande situação aí, de vulnerabilidade social e também de violência ali, naquela região. Mas eu já ia ressaltar que esse conflito, coronel Solano, ele é em uma área federal, e esse processo também é da Justiça Federal, que a comissão, ela tem um âmbito mais na esfera estadual. Eu ia fazer esse comentário justamente para a gente poder posicionar. Mas eu conheço lá essa região, inclusive nós temos agricultores familiares, mas nós temos lá também situações históricas de desmatamento ilegal e de garimpo. Só que está tudo... concordo com Vossa Excelência, está tudo misturado. Mas tem esse problema que ensejou, na verdade, a atuação do ICMBio, porque por ser uma área de unidade de conservação, essa situação de desmatamento e de garimpo são considerados ilegais e, por isso, a ação foi julgada e está sendo cumprida agora. Mas eu só queria ressaltar isso. É uma área federal e aí compete à Justiça Federal, à Comissão também de Mediação Federal, que estou sabendo agora, que já, graças a Deus, já está constituída. Mas talvez vindo da Comissão Nacional seja o melhor encaminhamento. Obrigada. DES. PRESIDENTE: Muito bem. Dr. Marcos. SR. MARCOS TEIXEIRA: Não, eu só queria acrescentar do que a Dra. Ione já colocou, que por ser... os juízes, os juízes federais, não sei se esse é o entendimento no âmbito estadual, mas os juízes federais, regra geral, estão entendendo que o envio para a Comissão de Mediação de Questões Fundiárias, ele é facultativo. Então depende da situação. Então, seria interessante que a gente tivesse o número desse processo, como é na área federal, e que a gente encaminhasse para o juiz sugerindo isso, que foi que foi sugerido aqui, que que tem essa... se ainda não teve, tem essa prévia, esse envio do processo para a comissão, para essa análise. Porque como foi colocado aqui, a comissão na área, no TRF da 1ª Região, já está aqui desde fevereiro, e alguns juízes entendem poder enviar e outros entendem por não. Normalmente o que a gente está vendo nos problemas nos juízes que normalmente enviam, é feito normalmente um acordo ali, é estabelecida aí pelo juízo junto à comissão, aí, as medidas

16.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

migratórias. Entre essas medidas migratórias, por exemplo, está a do Inbra fazer vistoria na proximidade para verificar se aquelas famílias que são desintruzidas conseguem ser realocadas em outros lotes. Qual o problema que o Inbra local, aqui, vem informando para gente? Que deve ser uma realidade. É porque a gente não tem recurso para fazer isso. Aí por isso que eu sugeri até aquela sugestão que foi inicialmente, que é para levar isso para Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, para justamente... Por que o que acontece? O Inbra... é colocado uma atribuição para o Inbra local, do Nordeste, ou o Sudeste, ou o Oeste, a atribuição de fazer uma vistoria para verificar se tem lote ou verificar se tem alguma área, mas não é dado recurso pro Inbra fazer isso. Então acaba que a pessoa, como o Dr. Solano colocou aqui, a família, ela é colocada de fato, ela é retirada do local. Normalmente essa situação obviamente se agrava mais nos camponeses, nas famílias, nos pequenos agricultores e sequer há essa cobertura social. O MDS entrega uma vez cesta básica. O Ministério do Desenvolvimento Social entrega uma vez cesta básica, e não é uma política pública, de fato, contínua e efetiva. E o Inbra fica... o Inbra local fica impossibilitado de fazer essa vistoria e a localização de outra área para aquela família que foi desintruzida por conta da falta de recursos. Por isso que eu acho que é uma demanda até para a gente tentar levar, a gente enquanto a comissão, à Presidência do Inbra, para que ela também fique vinculada, o Inbra Nacional, fique vinculado, havendo esse compromisso do Inbra local, que haja essa liberação de recursos para fazer essas medidas que foram deliberadas via Comissão de Assuntos Fundiários, no caso aí na área federal. É isso. Obrigada. DES. PRESIDENTE: Bom, então vamos - SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Dra. [ininteligível] queria falar. ORADORA NÃO IDENTIFICADA [01:18:14]: Bom dia, Excelência. Em caráter complementar ao que... DES. PRESIDENTE: Está no que ocorrer. ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Oi? A Dra. Ione e Dr. Marcos falaram, eu sugiro, o Ministério de Direitos Humanos tem um setor que cuida também dos casos de deslocamentos forçados, né, e o cumprimento da Resolução 10 do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Então, como é uma competência federal, talvez fosse interessante oficiar ao Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, ao





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

Ministério de Desenvolvimento Social. Inclusive ontem esses órgãos estavam aqui, no Pará, e estão no Marajó fazendo anúncio de aporte de recursos para o Incra e outras questões. E também ao Ministério do Meio Ambiente, ao qual o ICMBio é vinculado. Então, já dentro da área executiva, né, para além do CNJ e da comissão que cuida dessa atribuição. DES. PRESIDENTE: Muito bem. Então a senhora até expandiu mais a coisa, né? Realmente é sério, né? E eu coloco em votação para todos esses órgãos, nós tomarmos a providência, nossa aqui, estadual. Logicamente perguntando o que foi que foi efetuado até o momento, né? E que esses órgãos se preocupem efetivamente com o que está ocorrendo. A situação realmente é grave. Novo Progresso não é quase Pará, né? É muita gente, mas muita gente de fora. Eu conheço a área. Eu conheci na fase embrionária, quando realmente estava nascendo Novo Progresso. E Novo Progresso realmente ela não é fácil. Acredito que aqui quem esteve por lá- SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: [ininteligível] Novo Progresso [ininteligível], né? DES. PRESIDENTE: Não. Teve, teve. É uma área progressista mesmo. É sério. Muito bom. Agora, a violência ali impera. Impera. Mas que efetivamente era, era. Então era embrionário ainda, estava muito pequeno. Mas Novo Progresso cresceu tanto, cresceu tanto que deixou muitas cidades ali, daquela circunvizinhança, no bolso. É muito progressista mesmo. Não sei por que ainda tem, hoje, no dia de hoje, não sei por que ainda tem... Eu acho que não é lá, deve ser lá [ininteligível] de Altamira, lá para... ali fica próximo a Moraes Almeida também, mas a Castelo dos Sonhos, fica, ali sim, tem muito. É próximo lá de Novo Progresso. E as pessoas de lá também são perigosas. Perigosa que eu digo não é no sentido lato da palavra, são pessoas que lutam pelo que efetivamente eles desejam, né? Então, às vezes isso gera um pouco de violência. Que não me entendam mal quando eu falo perigoso. É porque às vezes as pessoas podem pensar que a gente está falando em outro termo. Não! É efetivamente naquilo, porque as pessoas lá são diferentes do paraense. É diferente, muito diferente. Mas o paraense está chegando por lá também. Está chegando por lá. Já tivemos prefeitos lá, do Pará, mas também tivemos prefeito também já de fora. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

microfone]. DES. PRESIDENTE: Já, paraense já. Já temos lá. Então o senhor queria falar, doutor? SR. JOÃO: Bom, exatamente dessa diversidade da realidade da região de Novo Progresso, compreendendo já, desde Trairão, Progresso, Moraes até Castelo e Cachoeira da Serra, que é a nossa divisa lá com Mato Grosso, tem... ali, historicamente, é uma região de garimpo. A partir de Trairão já é aquela região toda de garimpo. E houve também, e tem muitas áreas, né, de conservação, reservas e unidade de conservação, que acaba, pelo desenvolvimento também da região, tendo isso. E a concepção, o pensamento lá, historicamente, que ela é diferente. Então a gente precisa, de fato, ter esse olhar, esse cuidado, né, porque é, de fato, uma região totalmente diferenciada da região, das outras regiões do estado. Era isso. DES. PRESIDENTE: É verdade. É verdade. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Excelência, só lembrar um detalhe, por favor. DES. PRESIDENTE: Pois não? SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: O edital do dia 28 de março deu 30 dias para retirada de todos os animais da região onde estiver esse edital. Eu volto a dizer: um dos grandes problemas é que, primeiro, eles não foram notificados, foi notificado por edital, primeiro problema. Vai ter crise aí. Segundo problema, quem tiver animal... Não é assim que é feito, 30 dias o senhor sabe que é difícil. Para quem tem dois, três animais é uma coisa, para quem tem outros... E outra preocupação, apesar da Adepará ter sido notificada, nós procuramos saber disso, foi notificada e vai participar da operação, como participou de Apyterewa e outros, e, mesmo assim, teve a crise. Nós acabamos de sair agora, em abril, livre de febre aftosa, sem vacinação. Então, qualquer movimento irregular... E isso vai tender a ter movimento irregular. Não tenha dúvida, quem tiver irregularidade lá... vai ter movimento irregular. Aí é preocupante. Então, são grandes problemas que isso pode gerar, independente da questão, por exemplo, da questão dos direitos humanos, mas também da economia do estado e do país. Essas observações a gente tem que pensar. Eu acho assim, que esse é o foro apropriado? É federal? É, mas é o foro apropriado, porque vai replicar em todos nós que estamos aqui, no estado. Que nós é que estamos aqui, nós é que sofremos as consequências, independente que o federal faz ou não. Então, como

pb





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

tem dois, repito, tem dois magistrados agora, nomeados na Comissão Nacional de Mediação, poxa, traga a mediação aqui para poder mediar e tirar... Tem ilegalidade? Quem tiver ilegalidade vai sair, mas vai sair da mesma forma que estão saindo, por exemplo, as pessoas que estão invadindo propriedades. É só equidade, só isso. Meramente isso, para evitar crise, conflito e, quiçá, que Deus o livre, morte, que nós já tivemos no passado. Obrigado. DES. PRESIDENTE: Muito bem. Então... SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Dr. Ibrahim pede a palavra, excelência. DES. PRESIDENTE: Vamos, então, fazer os ofícios necessários, tá? Pedindo as providências devidas dos órgãos federais, né? Pois não, Dr. Ibrahim? SR. IBRAHIM ROCHA(F): Bom dia. Eu só queria fazer, aproveitar, fazer dois registros, ouvindo a Faepa e um que vou relatar agora. É que eu sempre digo assim: felizmente eu não sou juiz. Que o juiz, ele tem essa... esse encargo, ele precisa interpretar os fatos. Quando ele decide, ele é açodado, quando ele decide, ele amoroso. Então o juiz nunca agrada, né? Felizmente hoje nós temos os processos já... e isso por uma ação do CNJ, né? Bem, caracterizada essa questão da mediação. Fico feliz hoje que a Faepa entendeu que isso é importante para sociedade, e que antes eu... a Faepa tinha muita resistência ao processo de mediação. Mas acho que hoje a sociedade entendeu que o próprio juiz, que é esse sujeito, que é um cidadão comum, mas investido do Estado, da responsabilidade de julgar os conflitos, ele tem que ter essa sensibilidade. Eu acho que hoje a gente não pode reclamar do Judiciário quanto a ter essa sensibilidade tanto de decidir quanto acionar a mediação. E aí, claro, o juiz tem essa faculdade, vamos dizer, de avaliar no caso concreto. E por que eu falo isso concretamente? Esse caso específico eu não conheço, da Justiça Federal, mas eu queria aqui registrar uma decisão recente do Dr. Filo-Creão no caso em Portel, envolvendo a... foi ajuizada uma ação pela Defensoria Pública do Estado - que parabéns também pela ação - em que a gente vê claramente ali, naquela decisão, que reflete um conflito de forma de ocupação. Por quê? Porque o particular contra o qual foi movida a ação de reintegração de posse, estava querendo provar a posse dele através do quê? Plantio de capim. E a comunidade, como eu já várias do Dr. Filo-Creão, ele sempre avalia a posse, independente da

fb





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

propriedade. Tinha uma posse agroflorestal, então, com certeza, esse tipo de posse, se não é o juiz que está preparado, é muito mais difícil dele entender. Então eu vejo, pelo raciocínio do Dr. Filo-Creão, que ele faz questão de perceber como essa posse diferenciada está sendo provada, né? Então eu queria só fazer esse registro. E aí, inclusive, parabenizar o Dr. Filo-Creão pela decisão, porque é uma decisão que é bem didática quanto a esse tipo de posse, que é difícil de avaliar. Realmente é difícil de avaliar na prática. E ele teve a concepção, mesmo uma pessoa como eu, que só olhando a decisão entendeu bem o conflito, ele teve a percepção de que ele bem julgou, né, demonstrando efetivamente a presença da posse. E com um diferencial: essa área é uma área concedida pelo Estado em concessão de direito real de uso. Então, ou seja, a propriedade é compartilhada com o Estado, né? Então também isso reflete o outro elemento, que aí eu acho que aí pode associar os dois elementos. É que, infelizmente, nós temos crescido esse tipo de conflito, porque há concretamente dois modelos em disputa pela posse da terra: um tradicional e um que tenta valorizar esse agroextrativismo, né? Então, esse caso concreto ele reflete muito bem esse conflito. Então, o Estado hoje... E aí, nesse sentido, eu falo como Estado, a gente tem incentivado muito mais, através da política pública, as formas de uso da biodiversidade. E aí, claro, a gente tem que reduzir o espaço para o capim. Nós já temos muito espaço para gado, é uma atividade importante no estado, mas a gente realmente precisa aumentar a eficiência desse gado, para que a gente não avance sobre a floresta. Porque, infelizmente, nós sabemos que hoje nós temos em um ponto, como toda ciência diz, de não retorno. Se a Amazônia perder mais do que ela já perdeu, hoje já perdemos 25% da floresta. Então cada pedacinho de floresta é importante, conta. E aí, sem conhecer o caso concreto lá, com certeza o ICMBio, o juiz federal, deve ter avaliado essa questão aí concreta. Se é uma unidade de conservação, com certeza porque tem algum patrimônio florestal, biológico que deve prevalecer aí, no caso concreto, sobre a forma de ocupação tradicional do gado, etc. Sem, claro, garantir que as pessoas sejam movidas da melhor forma possível de lá. É isso, excelência. DES. PRESIDENTE: É, vamos nos... Vamos só nos colocarmos, né, para sabermos. Chegou





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024

agora, e vamos tomar as providências que a comissão possa tomar, ou seja, solicitar as informações e as providências devidas. Logicamente de forma célere, né? Para que efetivamente ninguém sofra, como todos nós falamos aqui, qualquer coisa em relação ao ser humano. E está certo, todos nós estamos, né? Não sei... O senhor queria falar ainda? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JÚNIOR: Dr. Solano [ininteligível]. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Só observação. Uma questão de justiça, Dr. Ibrahim, a federação sempre se pautou na questão da legalidade. Sempre. E ela formalizou, no início do ano passado, quando iniciou esse processo de mediação de conflitos, a presidente do Tribunal, chegando à Ouvidoria, provavelmente, de que era a favor que permanecesse como determinava a lei. Ou seja, o juiz natural, com a autonomia dele, de julgar, de fazer a mediação. E isso já estava acontecendo, isso é princípio das varas agrárias: faz a mediação e toma a decisão. Era esse o processo, o rito que se tinha. E isso a federação apoiou. Obviamente, como a decisão foi que não, que vai ter que ter uma nova nomeação, CNJ, etc., cabe a nós acatar nos e obedecermos ao que está na legislação. Então, a federação nunca foi contra a questão de mediação, apenas em respeito ao juiz natural. Feita essa observação, repito: a questão da ilegalidade, provavelmente tem. Não tenha dúvida. O que a gente está querendo é evitar conflito. Só isso. Tá? E que saiam os direitos que normalmente qualquer pessoa tem. Muito obrigado. DES. PRESIDENTE: Muito bem. Então já estamos com a providência devida e vamos agora, passar agora, para a próxima reunião, dia 24 de maio. Uma sugestão? Tá bom? Dia 24 de maio a próxima reunião? Tá. Então vamos ver se nós teremos mais componentes para participar da nossa comissão. Então está encerrada a reunião e muito obrigado a todos, tá? *Assim, eu, Laércio dos Santos Rosa Junior, Secretário-Geral da Ouvidoria Agrária, servindo como secretário desta Comissão, lavrei a presente ATA*

//////////////////////





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM
ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19/04/2024


Des. MAIRTON MARQUES CARNEIRO
Ouvidor Agrário e Presidente da Comissão Permanente de
Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à
Grilagem

